



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. – Proposta de alienação de terreno (antigas piscinas) à STAROTEIS – Sociedade Hoteleira Unipessoal, Lda. (PG – 276512)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos desta, delibera **autorizar a Câmara a alienar o terreno (antigas piscinas) à STAROTEIS – Sociedade Hoteleira Unipessoal, Lda., pelo valor de 5.856,25€ (cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos)**, conforme documento anexo.

Votação:

*Proposta aprovada com 9 votos contra
(4 da CDU; 4 do PSD e 1 do BE) e 4 abstenções
(3 do PSD e 1 do PS).*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/2

"Quando da proposta de deliberação de compra do Colégio de Fátima (Setembro de 2014) o nosso voto foi favorável, porque, entre ter um Centro Escolar fora do Centro da Cidade, no terreno do Barro Vermelho, (era a decisão à data) e ter uma infraestrutura desta natureza no Centro Histórico, considerámos esta opção mais vantajosa.

Passados quase dois anos sobre a decisão, pretendemos saber qual o custo das obras de adaptação e requalificação do edifício.

Qual o custo das infraestruturas de acesso ao edifício?

Que Escolas o Centro Escolar vai albergar?

O que vai acontecer aos edifícios que vão ficar vazios?

Preocupa-nos a diminuição da população escolar. A evolução do número de alunos suportará a existência deste Centro Escolar?"

A Presidente da Câmara referiu que relativamente ao financiamento do edifício, o valor ronda os 2 milhões de euros, que será financiado a 85% no âmbito do pacto assinado com o PO Regional, com 1,7 milhões de euros do FEDER, para adaptação do edifício propriamente dito.

Sobre o acesso à infraestrutura, nesta fase está previsto apenas uma parte do acesso que será feito pela Rua de Sant'Ana, sendo que, num futuro próximo a intenção é de fazer a ligação à Rua 5 de Outubro.

As escolas acolhidas serão a Escola Primária Nº 2 de Abrantes, sita na Rua Catarina Eufémia e a Escola Nº 1 de Abrantes, sita nos Quinchosos. Os edifícios vazios serão entregues a associações locais, até porque com as obras no edifício Carneiro para instalação do Museu Charters de Almeida, existem entidades que têm ser realojadas.

Relativamente à diminuição da população escolar, está a ser tido em consideração os rácios e as projeções demográficas, até porque para obter financiamento é obrigatório que a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares se pronuncie sobre essa matéria, designadamente a avaliação de todos esses dados, como sempre fez em relação a todos os outros equipamentos que foram construídos ou adaptados pela autarquia ou pela parque escolar.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a seguinte proposta:

"Ao abrigo da alínea i) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/9, pode a Assembleia Municipal autorizar a Câmara a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar, o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no nº 2 do artigo 33º.

Considerando que o Município de Abrantes é dono e legítimo possuidor do prédio urbano com a área de 4.685,00m2 inscrito na matriz sob o artigo 7187 da União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, a desanexar do prédio municipal descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o n.º 04709/20110427.

Considerando que a existência do Hotel é fonte de permanência temporária de visitantes, com o consequente benefício no tecido económico local;

Considerando que não abundam em Abrantes equipamentos similares suficientes para a procura de alguma exigência de serviços, nem existe disputa entre os operadores nas ofertas para captação de fluxos turísticos, como no litoral;

Considerando também que é necessário incentivar as atividades com efeito multiplicador económico local, constituindo atribuição do Município, nos termos da alínea n) do artigo 13º da Lei 159/99 de 14/09, a promoção do desenvolvimento;

Considerando que o equipamento das piscinas descobertas se encontra há anos desativado, pela substituição operada pelas do complexo desportivo, não sendo economicamente viável a sua reativação;

Considerando que a STAROTEIS – Sociedade Hoteleira Unipessoal, Lda. outorgou um contrato de arrendamento para fins não habitacionais com prazo certo e opção de compra com a TF Turismo Fundos – SGFII – SA relativo à unidade hoteleira correspondente ao prédio inscrito na matriz sob o artigo 6540 da União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o n.º 03704 da Freguesia de São Vicente, sito no Largo de Santo António, em Abrantes, aos 02/11/2015, pelo prazo de quinze anos, até 01 de novembro de 2030, com opção de compra do prédio a poder ser exercida a qualquer momento durante a vigência desse contrato;

Propõe-se que a Câmara Municipal de Abrantes seja autorizada a vender o espaço assinalado em planta anexa, com a área de 4.685,00 m2 pelo preço de 5.856,25€ (que se considera simbólico, em face da avaliação efetuada – 1,25€/m2), mas sujeito às seguintes condições, que são condições essenciais do negócio, produzindo estas os efeitos resolutivos decorrentes do artigo 270º e 274º n.º 1 do Código Civil, ou seja, exigindo-se a reversão, caso as mesmas não sejam cumpridas dada a função não mercantil do prédio disponibilizado pelo Município, sendo obrigatoriamente sujeitas a registo e constantes da escritura:

a) Durante 20 anos a contar da data da escritura de compra e venda, o prédio adquirido e objeto da mesma só poderá ter duas utilizações, fins ou destinos – a utilização enquanto piscina ou para espaço de ampliação da unidade hoteleira já existente desde que esta se mantenha como empreendimento turístico, isto é, estabelecimentos destinados a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, e vocacionado a uma locação diária.

b) Deve o projeto de intervenção sobre o espaço ser apresentado a licenciamento, comunicação prévia ou outro aplicável no prazo de um ano, e a obra estar concluída no prazo de dois anos a partir do deferimento do licenciamento ou da admissão da comunicação prévia; nunca ultrapassando os dois prazos, três anos após a outorga da presente escritura de compra e venda, acompanhando de qualquer modo, estes prazos os prazos referentes ao licenciamento, comunicação prévia e conclusão das obras no edifício correspondente ao hotel por forma à intervenção em ambos os espaços (o edifício do hotel e o prédio objeto da escritura de compra e venda) estar concluída ao mesmo tempo, não obstante poderem ser feitas outras intervenções urbanísticas futuramente que se venham a afigurar necessárias ou a ser exigidas sempre com o objeto expresso na alínea a) (utilização enquanto piscina ou para espaço de ampliação da unidade hoteleira já existente desde que esta se mantenha como empreendimento turístico).

c) Se vier a ser construído edifício ou equipamentos complementares ao hotel já existente, localizados sobre o prédio objeto da compra e venda, estes devem manter-se, pelo período

mínimo de 20 anos, com a função e uso de hotel ou complementares, enquanto empreendimentos turísticos, isto é estabelecimentos destinados a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, e vocacionados a uma locação diária.

d) Durante o prazo de 20 anos a contar da data da escritura de compra e venda e ainda que o prédio objeto da mesma seja transmitido sob qualquer forma e ainda que a título gratuito (nomeadamente venda, arrendamento, cessão de exploração) a qualquer entidade ainda que para empresas do grupo ou de que a STAROTEIS faça parte, venha a fazer parte ou venha a adquirir, as obrigações e condições essenciais do negócio constantes da escritura e registo obrigam os mesmos nos mesmos termos que a STAROTEIS estava obrigada.

A reversão ocorre por simples notificação do Município, em face do incumprimento previsto nas alíneas a), c) e d), ou da ultrapassagem dos prazos da alínea b); igualmente ocorre a reversão ou indemnização alternativa por constatação do não uso definitivo ou temporário da unidade hoteleira já existente, entendendo-se este como a suspensão por 4 anos da atividade efetiva do espaço para funções de hotel ou atividades complementares, durante o referido período de 20 anos.

Em caso de reversão, o Município devolverá à STAROTEIS o valor correspondente ao valor de alienação do prédio, acrescido dos valores dos índices de aumento de preços ao consumidor publicado pelo INE.

Em alternativa à reversão prevista em qualquer das situações, que se opera sem entrega de indemnização a qualquer título por parte do Município, a Câmara Municipal poderá, se assim decidir aceitar indemnização a pagar pela Sociedade, pelo valor da diferença entre aquele preço simbólico por que a parcela foi vendida pela Câmara Municipal, e o valor da avaliação de 720.000,00€, atualizado pelo valor da inflação em Portugal, (99,19% do valor total do terreno atualizado). Este valor de avaliação a atualizar em função da inflação, é também o valor de referência da indemnização a ser atribuída ao Município, (em alternativa à reversão), caso tenha havido edificação/intervenção de acordo com a finalidade do contrato acima definido, e se verifique, entretanto, o não uso definitivo ou temporário, a cessação do uso, alteração do fim, ou a suspensão do uso do espaço para hotel ou atividades complementares do mesmo, entendendo-se este como a suspensão por 4 anos da atividade efetiva do espaço para funções de hotel ou atividades complementares na vigência do referido período de 20 anos, a ser paga proporcionalmente ao número de anos de incumprimento”.

Remete igualmente para aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, a minuta da escritura de compra e venda, a celebrar entre o Município de Abrantes e Staroteis – Sociedade Hoteleira Unipessoal, Lda., referente a uma parcela de terreno destinada à construção urbana, com a área de 4.685 m², sita em Alto de Sto António, na União de Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, pelo valor de 5.856,25€ (cinco mil oitocentos e cinquenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos). – PG 276512

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PSD e CDU, respetivamente, Elza Vitório e Avelino Manana, aprovar a proposta apresentada, bem como a referida minuta de escritura de compra e venda, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

O Vereador da CDU, Avelino Manana disse que vota contra, por não concordar com o preço de venda do terreno, comparando com a venda de outros terrenos que tiveram resultados infelizes. Referiu que as propostas de defesa do Município estão bem feitas, mas não concorda com o valor de venda do terreno, que tem uma avaliação de 720 mil euros.

A Vereadora do PSD, Elza Vitório, referiu que o seu voto é contra e apresentou a seguinte declaração de voto:

"Em primeiro lugar lamentamos o estado de abandono duma infraestrutura (terreno contíguo ao hotel com as antigas piscinas) que foi um icon de Abrantes, que está na memória de muitas gerações de Abrantinos, que as visitou e as utilizou, vivendo momentos de verdadeira satisfação e de aprendizagem. Consideramos haver mesmo falta de respeito pelos Abrantinos.

Somos contra a venda do espaço com uma área de 4 685,00 m2 à STAROTEIS porque não confiamos numa empresa que tem antecedentes pouco saudáveis, relativamente ao terreno do Barro Vermelho que adquiriu para a construção de um hotel, e que ao fim de 8 anos tal não aconteceu, e a Câmara teve que recorrer ao Tribunal para reaver o referido terreno, por um preço de mais do dobro do que aquele pelo qual o tinha vendido.

A STAROTEIS não é proprietária do Hotel e o facto de no contrato de arrendamento estabelecido com a TF Turismo Fundos - SGFII - SA, ter opção de compra não é garantia que vai comprar.

Porque é que o Município apenas solicita 0,8% (5.856,25€) do valor total da avaliação (720.000€). Estamos a dar uma ajuda financeira de 714 mil euros à empresa!

Somos favoráveis à vinda de investidores mas sem prejuízo do próprio Município.

Qual o nº de empregos que a empresa perspectiva criar?

Qual o investimento que a empresa pretende realizar nas obras de reabilitação da piscina e hotel?

Qual a capacidade do hotel?

Qual a salvaguarda do Município em caso de insolvência da empresa no período temporal estabelecido no contrato? Existe a possibilidade de o município solicitar junto da empresa uma garantia/caução, seja ela monetária ou até a hipoteca de um imóvel? Esta salvaguarda poderia ser libertada assim que o Município verificasse o cumprimento do contrato acordado entre ambos, acrescida dos encargos financeiros e contratuais devidos. Julgamos que a reversão da propriedade, por sim só não seja suficiente, como sabemos (por exemplo com o caso do campo do Barro Vermelho) esta situação resultará em mais encargos e despesas para o município."

A Presidente da Câmara disse que lamenta os votos contra dos Vereadores da CDU e PSD, uma vez que este investimento é muito importante para Abrantes, que traz riscos acrescidos para o promotor e fez referência às várias tentativas que têm vindo a ser feitas para consolidar e explorar a atividade do Hotel Turismo de Abrantes e que foram fracassadas.

Relativamente ao grupo Staroteis – Sociedade Hoteleira Unipessoal, Lda., referiu que nada leva a duvidar das suas intenções e que em relação ao projeto do Barro Vermelho, nada mais tem a acrescentar ao que foi dizendo ao longo do referido processo, porque o empresário sempre foi de uma clareza e transparência com a autarquia e que passado algum tempo de ter adquirido o terreno e desenvolvido o projeto o sócio abandonou a sociedade e o promotor ficou sem condições para avançar sozinho, a acrescer ainda o problema da crise imobiliária que em 2008 se abateu sobre Portugal.

Já em 2009, o promotor manifestou a sua vontade de investir em Abrantes, mas que não tinha condições para o fazer. De imediato falou-lhe da possibilidade de exploração do Hotel de Turismo. Salientou que prefere ter um Hotel de Turismo recuperado e a funcionar bem, do que ter aquele espaço abandonado e ter outra unidade hoteleira.

Reiterou que se trata de um negócio de risco para o promotor e que desde a assinatura do contrato que a empresa está a pagar uma renda ao Turismo de Fundos, estando já a fazer investimento sem ter retorno daquela intervenção e isso revela o investimento e esforço financeiro do promotor.

Disse igualmente, que o terreno está efetivamente a ser vendido por um preço simbólico, mas que estão salvas todas e quaisquer condições e não vislumbra nenhuma situação que coloque em causa interesse municipal com esta alienação. É com este esforço que se está a tentar criar condições para que este investimento se faça em Abrantes e que se possa rapidamente transformar em valor económico e social para o concelho.

Aludiu ainda que é intenção do promotor estar presente na Assembleia Municipal, para explicar todo o processo de obras, para esclarecer todas as dúvidas acerca desta matéria.

Percebe a introdução da declaração de voto da Vereadora Elza Vitório sobre este assunto, nomeadamente sobre o equipamento que está devoluto há muitos anos, porque dito assim cai bem na opinião pública, mas acrescentou que os responsáveis da Federação Portuguesa de Futebol elogiaram as excelentes condições da Cidade Desportiva de Abrantes, referindo-se à criação da piscina municipal coberta e descoberta naquele espaço, que funciona muito bem, não só para os cidadãos de Abrantes, mas também da região, que acolhe diversos eventos desportivos.

A Vereadora do PSD, Elza Vitório referiu que, na sua declaração de voto, faz referência ao abandono a que ficou o espaço das antigas piscinas municipais e que não colocou em causa a existências das novas piscinas da Cidade Desportiva.

O Vereador da CDU, Avelino Manana, reforçou que a sua posição nada tem a ver com o Hotel Turismo, mas sim apenas o valor de venda do terreno.



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- 3. – Cessação da participação do Município de Abrantes na Associação Centro Comercial Ar Livre, no âmbito da extinção da Associação, bem como aceitar e destinar o património desta ao Município de Abrantes (PG -279667)**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea n) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a Cessação da participação do Município de Abrantes na Associação Centro Comercial Ar Livre, no âmbito da extinção da Associação, bem como aceitar e destinar o património desta ao Município de Abrantes.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. – Regulamentos de apoio ao Desenvolvimento Económico: Regulamento de Apoio à Criação de Emprego Qualificado no Tecnopolo do Vale do Tejo e de Regulamento de Apoio a Projetos Empresariais de Interesse Municipal (PG – 257557)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** os **Regulamentos de apoio ao Desenvolvimento Económico: Regulamento de Apoio à Criação de Emprego Qualificado no Tecnopolo do Vale do Tejo e de Regulamento de Apoio a Projetos Empresariais de Interesse Municipal.**

Votação:

Regulamento de Apoio à Criação de Emprego Qualificado no Tecnopolo do Vale do Tejo:

Aprovado por maioria com 6 abstenções do PSD.

Regulamento de Apoio a Projetos Empresariais de Interesse Municipal:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

REGULAMENTO DE APOIO A PROJETOS EMPRESARIAIS DE INTERESSE MUNICIPAL

- VERSÃO PRELIMINAR -

Preâmbulo

A criação de instrumentos de política que promovam o crescimento económico e a criação de emprego por parte dos Municípios insere-se na atribuição de promoção do desenvolvimento que o quadro legal em vigor confere a este tipo de entidades [cf. alínea m) do número 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais]. O mesmo quadro prevê expressamente que as Câmaras Municipais possuem competência material para promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal [cf. alínea ff) do número 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais].

Com relevância para a delimitação e definição das formas concretas através das quais estas entidades podem exercer as suas atribuições e competências, interessa assinalar que a organização do Estado Português consagra o princípio da autonomia das Autarquias Locais, de natureza administrativa e financeira, reconhecido por património e finanças próprios e, ainda, por um poder regulamentar próprio (cf. número 1 do artigo 6º, número 1 do artigo 238º e artigo 241º da Constituição da República Portuguesa). Realça-se, a este respeito, a capacidade dos Municípios para conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios [cf. alínea d) do artigo 15º e número 2 do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais], distinguindo assim os seus poderes tributários de um mero poder fiscalizador da administração e evidenciando que o seu exercício é compatível com o princípio da legalidade.

Tendo em conta que não existe um quadro legal preciso que fixe as condições, critérios e pressupostos de que depende a concessão de isenções relativas aos impostos e outros tributos próprios dos Municípios, torna-se portanto necessário colmatar essa lacuna por via regulamentar de modo a conferir transparência e previsibilidade ao exercício dos poderes tributários em apreço, garantindo assim o respeito pelos interesses visados pela legalidade fiscal e pelo princípio da igualdade e proporcionando, em simultâneo, conteúdo e sentidos úteis ao princípio constitucional da autonomia financeira local.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da alínea k) do número 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal o presente projeto de regulamento municipal para efeitos do disposto na alínea g) do número 1 do artigo 25º do referido Regime.

Para efeito do disposto no n.º 3 do artigo 101.º do CPA, informa-se que o presente regulamento foi sujeito a consulta pública, ao abrigo do estipulado na alínea c) do n.º 3 do artigo 100.º do CPA.

PARTE 1 **[DISPOSIÇÕES GERAIS]**

Artigo 1º **[Objeto]**

O presente Regulamento tem por objeto a definição do quadro de apoios de natureza fiscal e tributária a disponibilizar pelo Município de Abrantes a projetos empresariais que se revistam de inequívoco interesse municipal, designadamente por via do seu contributo para a criação líquida de emprego no concelho.

Artigo 2º

[Entidades Beneficiárias]

São beneficiárias potenciais dos apoios a conceder ao abrigo do presente Regulamento as entidades empresariais de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica que se proponham implementar projetos de desenvolvimento com tradução na criação líquida de emprego no concelho de Abrantes e cujo interesse municipal seja formalmente reconhecido pelo Município.

Artigo 3º

[Condições de Elegibilidade das Entidades Beneficiárias]

A concessão dos apoios municipais previstos no presente Regulamento está dependente da confirmação em sede de apresentação da candidatura e ao longo do período em que os mesmos vigorem de que a entidade beneficiária:

- a) encontra-se legalmente constituída e cumpre as condições legais necessárias ao exercício da sua atividade;
- b) possui a situação tributária regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social;
- c) não possui qualquer dívida ao Município de Abrantes;
- d) dispõe de contabilidade organizada de acordo com o normativo contabilístico legalmente aplicável;
- e) não se encontra em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
- f) não possui salários em atraso.

Artigo 4º

[Definição de Projeto Empresarial de Interesse Municipal]

1. São passíveis de reconhecimento como Projeto Empresarial de Interesse Municipal todos aqueles cuja implementação se traduza diretamente na criação líquida de emprego no concelho de Abrantes.

2. O reconhecimento referido no número anterior tem como pressuposto:

- a) a criação de um mínimo de 10 postos de trabalho, sempre que o projeto seja integralmente implementado em instalações especificamente construídas, adquiridas ou arrendadas para esse efeito;
- b) a criação de um mínimo de 20 postos de trabalho, sempre que o projeto seja integralmente implementado em instalações que, sem prejuízo da sua eventual remodelação, já sejam alvo de utilização na laboração corrente da entidade beneficiária.

3. Sempre que o projeto preveja a utilização simultânea de instalações nas condições previstas nas alíneas a) e b) do número anterior, cabe ao Município de Abrantes decidir qual o número mínimo de postos de trabalho a criar que aquele deverá assegurar com vista a obter reconhecimento como Projeto Empresarial de Interesse Municipal.

4. A criação efetiva dos postos de trabalho referidos nos números anteriores tem forçosamente de ocorrer durante o período em que vigorem os apoios municipais previstos no presente Regulamento, salvo em situações excecionais devidamente justificadas e aceites pelo Município de Abrantes, devendo o prazo para a sua plena concretização ficar claramente explicitado na sede contratual prevista no artigo 14º.

5. O apuramento do número de postos de trabalho referido no número 2 será aferido pela diferença entre a média mensal de postos de trabalho disponibilizados pela entidade beneficiária no concelho de Abrantes em

cada um dos anos económicos em que venha a beneficiar de apoios municipais e a média mensal registada nos doze meses anteriores à concretização do projeto, atentas as implicações decorrentes do disposto no número anterior, assumindo esta última média o valor zero sempre que a entidade beneficiária não possua atividade no concelho.

6. A determinação dos meses a considerar no cálculo da média mensal de postos de trabalho disponibilizados pela entidade beneficiária no concelho de Abrantes no primeiro ano económico em que venha a beneficiar de apoios municipais poderá ser alvo de ajustamentos específicos de modo a retratar corretamente o efeito e os termos de implementação do projeto a esse nível.

7. O Município de Abrantes poderá fazer depender o reconhecimento ou a manutenção do reconhecimento como Projeto Empresarial de Interesse Municipal da obrigatoriedade de criação ou de manutenção dos postos de trabalho a criar para além do período em que vigorem os apoios municipais previstos no presente Regulamento.

PARTE 2

[CARTEIRA DE APOIOS MUNICIPAIS]

Artigo 5º

[Identificação dos Apoios Municipais a Conceder]

1. Os apoios municipais a conceder pelo Município de Abrantes ao abrigo do presente Regulamento, individualmente descritos nos números e artigos seguintes, compreendem apoios de natureza fiscal e outros apoios de natureza tributária.
2. Os apoios de natureza fiscal referidos no número anterior consistem na isenção de pagamento dos seguintes impostos municipais:
 - a) Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis;
 - b) Imposto Municipal sobre Imóveis;
 - c) Derrama.
3. Os outros apoios de natureza tributária referidos no número 1 consistem na isenção de pagamento das taxas municipais devidas pela concretização das operações urbanísticas associadas ao projeto empresarial.
4. O Município de Abrantes poderá complementar os apoios referidos nos números anteriores com outros que venha a considerar justificáveis em função da natureza e interesse estratégico do projeto, em moldes a prever e definir fora do âmbito estrito do presente Regulamento.

Artigo 6º

[Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis]

1. As entidades promotoras de Projetos Empresariais de Interesse Municipal estão isentas do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis relativamente aos imóveis especificamente adquiridos e destinados pela entidade beneficiária ao exercício da atividade constante do projeto empresarial apoiado.
2. O incumprimento dos compromissos assumidos pela entidade beneficiária em sede de Contrato de Concessão de Apoios Municipais determina o pagamento ao Município do valor originalmente apurado para

o Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis e que beneficiou da isenção referida no número anterior, acrescido dos correspondentes juros de mora.

Artigo 7º

[Imposto Municipal sobre Imóveis]

1. As entidades promotoras de Projetos Empresariais de Interesse Municipal estão isentas do pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis relativamente aos prédios destinados e efetivamente utilizados pela entidade beneficiária no âmbito específico do projeto empresarial apoiado.
2. A isenção referida no número anterior é concedida pelo prazo máximo de 5 anos, passível de renovação por uma única vez sujeita a igual prazo máximo mediante requerimento da entidade beneficiária e sujeita a aprovação por parte da Câmara Municipal de Abrantes.
3. O incumprimento dos compromissos assumidos pela entidade beneficiária em sede de Contrato de Concessão de Apoios Municipais determina o pagamento ao Município dos valores originalmente apurados para o Imposto Municipal sobre Imóveis e que beneficiaram da isenção referida nos números anteriores, acrescidos dos correspondentes juros de mora.

Artigo 8º

[Derrama]

1. As entidades promotoras de Projetos Empresariais de Interesse Municipal estão isentas do pagamento de Derrama sempre que se trate de entidades empresariais sem atividade direta ou indireta no concelho de Abrantes à data da apresentação da candidatura para obtenção dos apoios municipais previstos no presente Regulamento nem nos três anos económicos anteriores.
2. O Município de Abrantes reserva o direito de não conceder o apoio previsto no número anterior nas situações em que o projeto consista na mera aquisição de empresas com atividade direta ou indireta no concelho de Abrantes à data da apresentação da candidatura para obtenção dos apoios municipais previstos no presente Regulamento ou nos três anos económicos anteriores, assim como em situações de natureza similar.
3. A isenção referida no número 1 é concedida pelo prazo máximo de 5 anos, passível de renovação por uma única vez sujeita a igual prazo máximo mediante requerimento da entidade beneficiária e sujeita a aprovação por parte da Câmara Municipal de Abrantes.
4. O incumprimento dos compromissos assumidos pela entidade beneficiária em sede de Contrato de Concessão de Apoios Municipais determina o pagamento ao Município dos valores originalmente apurados para a Derrama e que beneficiaram da isenção referida nos números anteriores, acrescidos dos correspondentes juros de mora.

Artigo 9º

[Outros Apoios de Natureza Tributária]

1. As entidades promotoras de Projetos Empresariais de Interesse Municipal estão isentas do pagamento das taxas municipais devidas pela concretização das operações urbanísticas associadas ao projeto empresarial, designadamente daquelas que constam do Capítulo VIII do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Abrantes em vigor à data da aprovação do presente Regulamento.

2. O incumprimento dos compromissos assumidos pela entidade beneficiária em sede de Contrato de Concessão de Apoios Municipais determina o pagamento ao Município dos valores originalmente apurados para as taxas municipais que beneficiaram da isenção referida nos números anteriores, acrescidos dos correspondentes juros de mora.

PARTE 3

[APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS]

Artigo 10º

[Apresentação da Candidatura]

O acesso dos potenciais interessados ao conjunto de apoios municipais abrangidos no presente Regulamento é feito mediante prévia apresentação de candidatura junto do Município de Abrantes através do seu envio para o endereço eletrónico "investiremabran^{tes}@cm-abran^{tes}.pt", a qual deve incluir os seguintes elementos

- a) formulário de candidatura devidamente preenchido, de acordo com modelo disponibilizado no sítio eletrónico do Município de Abrantes ("www.cm-abran^{tes}.pt");
- b) elementos comprovativos do cumprimento das condições de elegibilidade referidas no artigo 3º, sempre que aplicáveis;
- c) outros elementos que a entidade proponente considere de importância maior para efeitos de análise da candidatura;
- d) contactos institucionais do interessado, bem como contatos diretos da administração/gerência.

Artigo 11º

[Análise da Candidatura]

1. As candidaturas recebidas são alvo de análise técnica por parte do Município de Abrantes, a qual tem por objetivos:

- a) verificar o cumprimento dos requisitos de elegibilidade da entidade proponente, tal como explicitados no artigo 3º;
- b) verificar o cumprimento dos requisitos necessários ao reconhecimento do interesse municipal do projeto empresarial apresentado, tal como explicitados no artigo 4º;
- c) verificar a aplicabilidade individual de cada um dos apoios municipais previstos no presente Regulamento e solicitados pela entidade proponente, tal como explicitados nos artigos 5º a 9º, procedendo também, sempre que possível, à estimativa do seu valor monetário.

2. Tendo em vista a qualidade da análise referida no número anterior, poderá o Município solicitar elementos adicionais às entidades proponentes com o intuito de validar e/ou complementar os elementos informativos constantes das candidaturas apresentadas, assim como proceder à sua convocação para a realização de entrevistas e/ou reuniões presenciais.

3. Tendo vista o pleno cumprimento dos objetivos visados com o presente Regulamento, designadamente em matéria de criação líquida de emprego no concelho, poderá o Município convidar as entidades proponentes a aperfeiçoar ou alterar a sua candidatura com vista a maximizar as suas possibilidades de acesso ao conjunto de apoios aqui contemplados.

4. A análise referida nos números anteriores deve dar origem a uma proposta fundamentada de decisão para apreciação por parte da Câmara Municipal de Abrantes nos termos constantes do artigo seguinte.

Artigo 12º
[Decisão Sobre a Candidatura]

1. A decisão de aceitação ou não aceitação das candidaturas recebidas compete à Câmara Municipal de Abrantes, tendo por base a proposta de decisão referida no número 4 do artigo 11º.
2. A comunicação da decisão referida no número anterior às entidades proponentes das candidaturas recebidas é efetuada por meio eletrónico e acompanhada, em caso de aceitação, pela minuta do Contrato de Concessão de Apoios Municipais previsto no artigo 14º para validação e subsequente assinatura entre as partes.

Artigo 13º
[Renovação dos Apoios Municipais Concedidos]

1. A renovação de apoios municipais prevista no número 2 do artigo 7º e no número 3 do artigo 8º pressupõe a prévia apresentação de requerimento para o efeito por parte da entidade empresarial interessada, a qual é instruída através do preenchimento do modelo de formulário disponibilizado no sítio eletrónico do Município ("www.cm-abran
2. A decisão de aceitação ou não aceitação do requerimento referido no número anterior compete à Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal de Abrantes devidamente fundamentada em parecer dos serviços municipais competentes para o efeito.
3. A comunicação da decisão referida no número anterior à entidade empresarial interessada é efetuada por meio eletrónico e acompanhada, em caso de aceitação, pela minuta de Aditamento ao Contrato de Concessão de Apoios Municipais para validação e subsequente assinatura entre as partes.

PARTE 4
[CONTRATUALIZAÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS]

Artigo 14º
[Contrato de Concessão de Apoios Municipais]

1. A concessão dos apoios municipais previstos no presente Regulamento é objeto de contrato escrito entre o Município e a entidade beneficiária, do qual devem constar obrigatoriamente:
 - a) os objetivos e as metas quantificadas de criação líquida de emprego associadas à implementação do projeto empresarial;
 - b) o cronograma detalhado das diferentes fases de implementação do projeto, incluindo a explicitação do prazo esperado para a plena concretização das metas de criação líquida de emprego referidas na alínea anterior;
 - c) a identificação precisa dos apoios municipais concedidos, incluindo, sempre que aplicável, a estimativa do seu valor monetário;

d) a obrigatoriedade de manter atualizadas as informações prestadas pelo beneficiário ao nível dos contatos institucionais e contatos diretos da administração/gerência.

2. O contrato referido no número anterior deverá ser outorgado no prazo de 180 dias contados a partir da data da notificação referida no número 2 do artigo 12º.

3. O incumprimento do prazo previsto no número anterior por motivos imputáveis à entidade beneficiária determina a anulação de todo o procedimento de candidatura.

Artigo 15º

[Alterações ao Contrato de Concessão de Apoios Municipais]

1. O contrato de concessão de apoios municipais pode ser objeto de alterações a pedido de qualquer das partes, nomeadamente quando se verificarem situações suscetíveis de modificar os seus termos iniciais, devendo as mesmas, sempre que aceites pelo Município de Abrantes, ser formalizadas sob a forma de aditamento ao contrato.

2. Os aditamentos aos contratos de concessão de apoios municipais referidos no número anterior serão sempre objeto de deliberação da Câmara Municipal de Abrantes e, no caso de contemplarem alterações não previstas no presente Regulamento, da Assembleia Municipal de Abrantes.

Artigo 16º

[Monitorização da Execução do Contrato de Concessão de Apoios Municipais]

1. A execução do contrato de concessão de apoios municipais por parte da entidade beneficiária está sujeita a monitorização permanente por parte do Município de Abrantes, a qual visa verificar o cumprimento das obrigações contratualmente assumidas pela entidade beneficiária.

2. A entidade beneficiária compromete-se a colaborar e fornecer toda a informação que venha a ser solicitada pelo Município de Abrantes com vista ao exercício da atividade de monitorização prevista no número anterior.

Artigo 17º

[Resolução do Contrato de Concessão de Apoios Municipais]

1. O Município de Abrantes pode proceder à resolução do contrato de concessão de apoios municipais sempre que se verifique:

- a) o não cumprimento dos objetivos e obrigações estabelecidos no contrato, por facto imputável à entidade beneficiária;
- b) a prestação de falsas informações sobre a entidade beneficiária ou sobre o projeto empresarial;
- c) o não preenchimento, superveniente à celebração do contrato, de qualquer das condições de elegibilidade previstas no artigo 3º.

2. A resolução do contrato com fundamento nas alíneas a) e b) do número anterior determina a obrigatoriedade de pagamento ao Município por parte da entidade beneficiária no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva notificação de todos os apoios recebidos, acrescidos dos correspondentes juros de mora.

3. Na falta do pagamento referido no número anterior dentro do prazo aí fixado há lugar a procedimento executivo.

PARTE 5
[DISPOSIÇÕES FINAIS]

Artigo 18º
[Dúvidas e Omissões]

Em tudo o que o presente Regulamento possa gerar dúvidas ou conter omissões, não sanáveis por outras vias que dele decorram, decidirá a Câmara Municipal de Abrantes.

Artigo 19º
[Resolução de Litígios]

Sempre que ocorram situações de litígio não sanáveis por acordo entre as partes, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

Artigo 20º
[Entrada em Vigor]

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República e no sítio eletrónico do Município de Abrantes ("www.cm-abran

REGULAMENTO DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO QUALIFICADO NO TECNÓPOLO DO VALE DO TEJO

- VERSÃO FINAL -

Preâmbulo

A criação de instrumentos de política que promovam o crescimento económico e a criação de emprego por parte dos Municípios insere-se na atribuição de promoção do desenvolvimento que o quadro legal em vigor confere a este tipo de entidades [cf. alínea m) do número 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais]. O mesmo quadro prevê expressamente que as Câmaras Municipais possuem competência material para promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal [cf. alínea ff) do número 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais].

Tendo em conta que a operacionalização deste tipo de instrumentos exige adequado suporte regulamentar, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da alínea k) do número 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais o presente projeto de regulamento municipal para efeitos do disposto na alínea g) do número 1 do artigo 25º do referido Regime.

Para efeito do disposto no n.º 3 do artigo 101.º do CPA, informa-se que o presente regulamento foi sujeito a consulta pública, ao abrigo do estipulado na alínea c) do n.º 3 do artigo 100.º do CPA.

Artigo 1º

[Objeto]

1. O presente Regulamento tem por objeto a definição do quadro de apoios financeiros que o Município de Abrantes se propõe disponibilizar a projetos empresariais instalados no INOV.POINT - Centro de Inovação e Desenvolvimento de Empresas do Tecnopolo do Vale do Tejo que promovam a criação líquida de emprego qualificado.

2. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se como emprego qualificado os postos de trabalho ocupados por trabalhadores que, nos termos definidos no Anexo II da Portaria nº782/2009, de 23 de Julho, detenham um dos seguintes níveis de qualificação:

- a) Nível 6 – Licenciatura;
- b) Nível 7 – Mestrado;
- c) Nível 8 - Doutoramento.

3. Excecionalmente, e mediante fundamentação sustentada no perfil escolar e formativo e/ou na experiência profissional do trabalhador, poderá o Município de Abrantes equiparar a emprego qualificado a criação de postos ocupados por trabalhadores que não detenham os níveis de qualificação referidos no número anterior.

Artigo 2º

[Entidades Beneficiárias]

São beneficiárias potenciais dos apoios previstos no presente Regulamento as entidades empresariais de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica que se encontrem instaladas no INOV.POINT - Centro de Inovação e Desenvolvimento de Empresas do Tecnopolo do Vale do Tejo ou cuja candidatura de instalação tenha sido aceite pela Tagusvalley - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo.

Artigo 3º

[Descrição dos Apoios a Conceder]

1. O apoio a conceder pelo Município de Abrantes traduz-se na atribuição de uma comparticipação financeira ao salário base mensal suportado pela entidade beneficiária com a contratação a tempo completo de trabalhadores qualificados, na aceção do disposto no artigo 1º, possuindo a duração máxima de 2 anos por posto de trabalho apoiado.
2. A comparticipação financeira referida no número anterior assume a proporção máxima de 35% do salário base mensal de cada trabalhador contratado durante o primeiro ano de vigência do contrato, até ao limite mensal de 500 euros por posto de trabalho apoiado, valores que se reduzem para metade no segundo ano de vigência do mesmo.
3. O apoio máximo a conceder por entidade beneficiária não pode exceder o montante global de 20 mil euros por ano económico.
4. Sem prejuízo do cumprimento dos limites referidos nos números anteriores, o aumento do montante de apoio concedido pelo Município por posto de trabalho em virtude de eventuais aumentos do salário base mensal auferido pelo trabalhador está limitado a 25% do valor inicialmente aprovado.
5. O apoio concedido pelo Município de Abrantes será transferido com periodicidade mensal para a conta bancária indicada pela entidade beneficiária após boa receção e validação dos elementos de prova que evidenciem o pagamento do salário base mensal devido ao trabalhador que ocupa o posto de trabalho apoiado.
6. O apoio concedido pelo Município de Abrantes cessa sempre que seja atingido o término do período referido no número 1 ou quando se registre quebra da relação contratual entre a entidade beneficiária e o trabalhador que ocupa o posto de trabalho apoiado.
7. A quebra da relação contratual entre a entidade beneficiária e o trabalhador que ocupa o posto de trabalho apoiado antes do término do período referido no número 1 determina a cessação de todos os apoios concedidos pelo Município de Abrantes àquela entidade no quadro do presente Regulamento, exceto quando aquela quebra se processe no âmbito de pelo menos uma das circunstâncias seguintes:
 - a) ocorra durante o período experimental previsto no Código do Trabalho;
 - b) tenha suporte em justa causa de despedimento, tal como previsto no Código do Trabalho;
 - c) tenha suporte em despedimento por extinção do posto de trabalho, tal como previsto no Código do Trabalho;
 - d) tenha suporte em despedimento por inadaptação do trabalhador, tal como previsto no Código do Trabalho;
 - e) tenha suporte em denúncia do contrato de trabalho pelo trabalhador;
 - f) o contrato de trabalho não seja alvo de renovação por opção expressa do trabalhador;

g) outras circunstâncias não previstas nas alíneas anteriores que o Município de Abrantes considere válidas e atendíveis.

Artigo 4º

[Condições de Elegibilidade das Entidades Beneficiárias]

A concessão dos apoios municipais previstos no presente Regulamento está dependente da confirmação em sede de apresentação da candidatura e ao longo do período em que os mesmos vigorem de que a entidade beneficiária:

- a) encontra-se legalmente constituída e cumpre as condições legais necessárias ao exercício da sua atividade;
- b) possui a situação tributária regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social;
- c) cumpre o disposto no artigo 2º;
- d) não possui qualquer dívida ao Município de Abrantes nem à Tagusvalley - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo;
- e) dispõe de contabilidade organizada de acordo com o normativo contabilístico legalmente aplicável;
- f) não se encontra em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
- g) não possui salários em atraso.

Artigo 5º

[Condições de Elegibilidade dos Postos de Trabalho a Apoiar]

A concessão dos apoios municipais previstos no presente Regulamento está dependente da confirmação de que o posto de trabalho apoiado:

- a) é ocupado por trabalhador qualificado, na aceção do disposto no artigo 1º;
- b) é ocupado por trabalhador que não possui nem possuiu qualquer tipo de vínculo contratual com a entidade beneficiária ou com empresas parceiras ou associadas desta durante os 18 meses anteriores à data de apresentação da candidatura;
- c) é ocupado por trabalhador que não beneficiou anteriormente dos apoios municipais previstos no presente Regulamento;
- d) tem suporte em contrato de trabalho sob a forma escrita entre o trabalhador e a entidade beneficiária com data de celebração posterior à data de apresentação de candidatura;
- e) não beneficia de qualquer outra forma de financiamento público direto.

Artigo 6º

[Apresentação de Candidaturas]

1. O acesso aos apoios municipais previstos no presente Regulamento tem suporte na apresentação por parte das entidades referidas no artigo 2º de candidatura individual por cada posto de trabalho a criar nos termos constantes do número seguinte.

2. As candidaturas são submetidas por via eletrónica para o endereço "investiremabran

- a) formulário de candidatura devidamente preenchido, de acordo com modelo disponibilizado no sítio eletrónico do Município de Abrantes ("www.cm-abran
- b) elementos comprovativos do cumprimento das condições de elegibilidade referidas no artigo 4º, sempre que aplicáveis;
- c) minuta base do contrato de trabalho a celebrar;
- d) *curriculum vitae* e elementos comprovativos das qualificações detidas pelo trabalhador a recrutar, quando o mesmo se encontre já identificado pela entidade proponente;
- e) outros elementos que a entidade proponente considere de importância maior para efeitos de análise da candidatura;
- f) contactos institucionais do interessado, bem como contatos diretos da administração/gerência.

Artigo 7º **[Análise de Candidaturas]**

1. As candidaturas recebidas são alvo de análise técnica por parte do Município de Abrantes, a qual tem por objetivos:
 - a) verificar o cumprimento dos requisitos de elegibilidade da entidade proponente explicitados nos artigos 2º e 4º;
 - b) verificar o cumprimento dos requisitos de elegibilidade do posto de trabalho a criar explicitados no artigo 5º;
 - c) verificar o cumprimento dos limites de apoio explicitados no artigo 3º;
 - d) verificar o histórico da entidade beneficiária em matérias relevantes à luz do presente Regulamento, com destaque para a taxa de incorporação na estrutura de recursos humanos da entidade proponente de trabalhadores que tenham sido anteriormente contratados com apoio municipal.
2. A análise referida no número anterior pode ter natureza preliminar sempre que, por razões justificáveis à luz do presente Regulamento, não seja possível dispor da totalidade dos elementos necessários para a sua execução plena, devendo nesse caso ser posteriormente concluída em prazo considerado razoável.
3. O Município de Abrantes pode solicitar informação complementar às entidades proponentes das candidaturas sempre que a mesma se revele necessária para a análise referida nos números anteriores.
4. A análise referida nos números anteriores deve dar origem a uma proposta fundamentada de decisão para apreciação por parte da Câmara Municipal de Abrantes nos termos constantes do artigo seguinte, a qual, quando aplicável, deve incluir confirmação da disponibilidade de recursos financeiros por parte do Município para alocar ao financiamento dos apoios a conceder.

Artigo 8º **[Decisão de Candidaturas]**

1. A decisão de aceitação ou não aceitação das candidaturas recebidas compete à Câmara Municipal de Abrantes, tendo por base a proposta de decisão referida no número 4 do artigo 7º.
2. A decisão referida no número anterior pode ter natureza preliminar sempre que, por razões justificáveis à luz do presente Regulamento, não seja possível dispor da totalidade dos elementos necessários para a sua

execução plena, devendo nesse caso ser posteriormente convertida em decisão final em prazo considerado razoável.

3. A comunicação das decisões referidas nos números anteriores às entidades proponentes das candidaturas recebidas é efetuada por meio eletrónico e acompanhada, em caso de aceitação, pela minuta do Contrato de Concessão de Apoios Municipais para validação e subsequente assinatura entre as partes.

Artigo 9º

[Contrato de Concessão de Apoios Municipais]

1. A concessão dos apoios municipais previstos no presente Regulamento é objeto de contrato escrito entre o Município e a entidade beneficiária, do qual devem constar obrigatoriamente:

- a) a identificação do trabalhador que irá ocupar o posto de trabalho que será alvo de apoio no quadro do presente Regulamento;
- b) a definição do valor do salário base mensal que a entidade beneficiária se compromete a pagar ao trabalhador que irá ocupar o posto de trabalho que será alvo de apoio no quadro do presente Regulamento;
- c) o montante da comparticipação financeira mensal que o Município se compromete a conceder à entidade beneficiária;
- d) a identificação dos elementos que a entidade beneficiária se obriga a disponibilizar ao Município de modo a que este possa acompanhar e verificar a execução do Contrato;
- e) a definição dos termos concretos a observar na transferência dos apoios financeiros concedidos pelo Município para a conta bancária da entidade beneficiária;
- f) outros elementos considerados relevantes para a definição precisa e salvaguarda dos direitos e deveres do Município e da entidade beneficiária;
- g) a obrigatoriedade de manter atualizadas as informações prestadas pelo beneficiário ao nível dos contactos institucionais e contactos diretos da administração/gerência.

2. O contrato referido no número anterior deverá ser outorgado no prazo de 180 dias contados a partir da data da notificação referida no número 3 do artigo 8º.

3. O incumprimento do prazo previsto no número anterior por motivos imputáveis à entidade beneficiária determina a anulação de todo o procedimento de candidatura.

4. Os eventuais aditamentos aos Contratos de Concessão de Apoios Municipais serão sempre objeto de deliberação por parte da Câmara Municipal.

Artigo 10º

[Monitorização da Execução do Contrato de Concessão de Apoios Municipais]

1. A execução do contrato de concessão de apoios municipais por parte da entidade beneficiária está sujeita a monitorização permanente por parte do Município de Abrantes, a qual visa verificar o cumprimento das obrigações contratualmente assumidas pela entidade beneficiária.

2. A entidade beneficiária compromete-se a colaborar e fornecer toda a informação que venha a ser solicitada pelo Município de Abrantes com vista ao exercício da atividade de monitorização prevista no número anterior.

Artigo 11º

[Resolução do Contrato de Concessão de Apoios Municipais]

1. O Município de Abrantes pode proceder à resolução do contrato de concessão de apoios municipais sempre que se verifique:

- a) o não cumprimento dos objetivos e obrigações estabelecidos no contrato, por facto imputável à entidade beneficiária;
- b) a prestação de falsas informações por parte da entidade beneficiária;
- c) o não preenchimento, superveniente à celebração do contrato, de qualquer das condições de elegibilidade previstas no artigo 4º.

2. A resolução do contrato com fundamento nas alíneas a) e b) do número anterior determina a obrigatoriedade de pagamento ao Município por parte da entidade beneficiária no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva notificação de todos os apoios recebidos, acrescidos dos correspondentes juros de mora.

3. Na falta do pagamento referido no número anterior dentro do prazo aí fixado há lugar a procedimento executivo.

Artigo 12º

[Dúvidas e Omissões]

Em tudo o que o presente Regulamento possa gerar dúvidas ou conter omissões, não sanáveis por outras vias que dele decorram, decidirá a Câmara Municipal de Abrantes.

Artigo 13º

[Resolução de Litígios]

Sempre que ocorram situações de litígio não sanáveis por acordo entre as partes, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

Artigo 14º

[Entrada em Vigor]

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República e no sítio eletrónico do Município de Abrantes ("www.cm-abrantes.pt").



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. – Apoio para o V Festival de Doçaria e Artesanato do norte do concelho de Abrantes; (PG – 279471)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar o Apoio para o V Festival de Doçaria e Artesanato do norte do concelho de Abrantes**, no montante de 500,00€ (quinhentos euros).

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6 – Município de Abrantes - Consolidação de Contas – 2015; (279447)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea l) do n.º 2, e do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos desta, delibera **aprovar os documentos de prestação de contas Consolidados relativos a 2015.**

Votação:

Aprovado por maioria com 2 votos contra
do PSD e 6 abstenções (2 PSD; 4 CDU e 1 BE)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Serviços Municipalizados de Abrantes - Autorização para assunção do compromisso plurianual para aquisição de eletricidade em Baixa Tensão Normal (BTN); (S/PG – SMA)

Deliberação: Considerando o disposto na b) do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e bem assim, o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual pelos Serviços Municipalizados de Abrantes, no contrato em referência para aquisição de eletricidade em Baixa Tensão Normal.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. – Implementação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros – Autorização da delegação de competências da Câmara Municipal na CIMT; (PG – 280313)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de Setembro, e o n° 2 do artigo 6° e o artigo 10° do **Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros** anexo à Lei n° 52/2015 de 9/6, a Assembleia Municipal, sob proposta do Vice-Presidente da Câmara Municipal no uso dos poderes conferidos pelo n° 3 do artigo 35° da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e do n° 3 do artigo 57° da Lei n° 169/99 de 18 de setembro, na atual redação, delibera **autorizar a celebração de contratos de delegação de competências da Câmara Municipal na CIMT**, quanto à matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais.

Votação:

Aprovado por maioria com 1 voto
contra do BE.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9. – 2ª Revisão Orçamental aos documentos previsionais de 2016-2019, dos Serviços Municipalizados de Abrantes; (S/PG – SMA)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do ponto 8.3 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **2ª Revisão Orçamental aos Documentos Previsionais de 2016-2019, dos Serviços Municipalizados de Abrantes.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

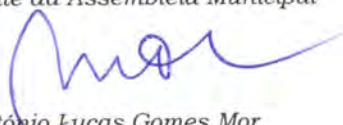
10. – Declaração de Interesse Público Municipal referente ao processo de regularização de edificações destinadas à fabricação de carvão vegetal, na freguesia de Bemposta; (PG – 254618)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, que se consideram integrados, delibera **aprovar** o **Interesse Público Municipal referente ao processo de regularização de edificações destinadas à fabricação de carvão vegetal, na freguesia de Bemposta.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário


Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 17 de junho de 2016

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**11. – Moção – Em defesa da mobilidade pedonal na Ponte Rodoviária de Abrantes –
apresentada pelo BE. (S/PG - BE)**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013,
de 12 de setembro.*

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Pl. 1/2



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

Ponto 11.

Proposta 1/6/16

Exmo. Sr. Presidente
da Assembleia Municipal de Abrantes

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda de Abrantes, ao abrigo do mandato que lhe foi conferido e da legislação aplicável, solicita que seja integrado, no Período da Ordem do Dia, na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 17 de Junho de 2016, a seguinte Moção:

MOÇÃO-Em defesa da mobilidade pedonal na Ponte Rodoviária de Abrantes

As obras de requalificação da ponte rodoviária de Abrantes começaram em Setembro de 2014 e, estando actualmente em fase de conclusão, constata-se que os passeios pedonais, por via da implantação de candeeiros e pela colocação de railes de protecção em plena área pedonal, reduzem a mesma não permitindo a passagem a algumas cadeiras de rodas e carrinhos de bebé.

Numa época em que existe um esforço para eliminar as barreiras arquitectónicas e outras, facilitando a circulação e aumentando a autonomia de pessoas com mobilidade reduzida, é inaceitável que a empresa pública Infraestruturas de Portugal, ao arrepio da legislação vigente, ignore o drama de inúmeros cidadãos e cidadãs revelando, assim, uma total ausência de responsabilidade social no que concerne a este caso específico.

Numa visita ao local, verificamos que o seguinte nos passeios:

Lado norte- O passeio pedonal, a montante, tem uma largura que varia entre 67 e 73 cm. A jusante, onde se situam os candeeiros, tem valores entre 52 e 62 cm. Lado sul- O passeio pedonal, a montante, varia entre 64 e 77cm. Uma cadeira de rodas tem 58cm como largura mínima, pelo que facilmente se prevê o que irá suceder. A lei refere que, nestes casos, a largura mínima dos passeios deverá ser de 1,20m.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Abrantes, dando voz a inúmeros cidadãos e cidadãs, recomenda às entidades oficiais responsáveis que revejam o projecto dos passeios pedonais da ponte Rodoviária de Abrantes de forma a que estes cumpram estipulado na lei e não discriminam os cidadãos e cidadãs com mobilidade reduzida e outros/as que utilizam esta estrutura pública na ligação entre as duas margens do rio Tejo no Concelho de Abrantes

Abrantes, 9 de Junho de 2016

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)
Armindo Silveira

Enviar ao

- Sr Ministro do Planeamento e Infraestruturas;
- Infraestruturas de Portugal